



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



A Expressão Metropolitana da Região Metropolitana de Belém: ainda há a Cidade Primaz?

**The Metropolitan Expression of Metropolitan
Region of Belém: Is there still a Primate City?**

*Monique Bruna Silva do Carmo¹, Universidade do Vale do
Paraíba - PLUR, moniquebruna@gmail.com*

*Sandra Maria Fonseca da Costa², Universidade do Vale do
Paraíba - PLUR, sandra@univap.br*

1 Graduada em Geografia, pela Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, mestre em Planejamento Urbano e Regional, pela Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP e Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional - UNIVAP.

2 Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, doutora em Engenharia de Transportes pela USP, com período sanduíche em University of New South Wales. É pesquisadora associada do ACT – Anthropological Center for Training and Resarch e professor assistente doutor da Universidade do Vale do Paraíba.

RESUMO

As Regiões Metropolitanas no Brasil cresceram de forma acelerada, desde sua criação, na década de 1970. Essas RMs possuem realidades metropolitanas heterogêneas ao longo do território nacional. No caso da Região Metropolitana de Belém, os aglomerados urbanos têm-se tornado cada vez mais significativos e acompanham um processo de rede e hierarquias urbanas complexas que são resultados de um processo de metropolização regional que se intensificou, após meados do século XX. Neste sentido, os sete municípios da RM de Belém definem uma configuração territorial desigual, que afirmam o papel de hierarquias urbanas entre os municípios que compõe a RM de Belém. Isso possibilita a existência de diferentes formas e conteúdos urbanos que expressam as particularidades entre os municípios e as relações que são mantidas entre os mesmos. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre a importância da cidade de Belém, que se destaca como topo da hierarquia urbana sobre os demais municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém, enfocando a discussão nos dados de movimento pendular – fluxo de trabalho e estudo, do Censo de 2010.

Palavras Chave: Região Metropolitana; Movimento Pendular; Hierarquia Urbana.

ABSTRACT

Metropolitan Regions in Brazil have grown rapidly since their creation in the 1970s. These RM's have diverse metropolitan realities throughout the national territory. In the case of the Metropolitan Region of Belém, urban agglomerates have become progressively significant and follow a network and complex urban hierarchies, which are the result of a process of regional metropolization, intensified after the mid-twentieth century. In this sense, the seven municipalities of the RM of Belém define an unequal territorial configuration, which affirm the role of urban hierarchies among the municipalities that compose this Metropolitan Region. As a result, there is the existence of different forms and urban contents that express the particularities between the municipalities and the relationships maintained between them. In this sense, this paper aims to present a discussion about the importance of the city of Belém, which stands out as the top of the urban hierarchy over the other municipalities that compose the Metropolitan Region of Belém, using the pendulum movement data – work and study flow, available at 2010 Census.

Keywords: Metropolitan Region; Commuting Movement; Urban Hierarchy.

INTRODUÇÃO

Atualmente a Região Metropolitana (RM) de Belém, formada por sete municípios possui uma elevada concentração populacional, de serviços e de equipamentos urbanos, considerando o estado do Pará, mas cabe ressaltar que a cidade de Belém agrega e concentra o maior número dessas categorias. Mesmo que o cenário da pobreza urbana ainda seja marcante na Região, assim como nas demais cidades brasileiras, o número de serviços e empregos disponibilizados são maiores e mais atuantes em Belém, entretanto ineficientes e não compatíveis com a expansão urbana. Assim, cria-se espaços segregados, em que o direito à cidade se torna inexistente para a população excluída dos grandes centros.

As desigualdades sociais no Pará têm-se acentuado cada vez mais e, segundo Trindade Junior (2000), são resultados das intensas modificações na estrutura social do Estado. Segundo o autor, isso demonstra que com a expansão dos grandes projetos, após a década de 1970, há um fortalecimento do cenário econômico do Pará, aumentando a concentração de população de baixa renda na grande Belém, uma vez que a maior parte das cidades não receberam investimentos que viabilizaram a distribuição do capital na região. Os limites dos municípios que integram a RM de Belém fazem parte de um indício de processos estratégicos político e econômicos que definem a formação de novas municipalidades, utilizadas de forma estratégica que reforçam, além da força do papel político nas cidades, o favorecimento da área “core” da região metropolitana, que se destaca não somente como atrativo econômico mas também como centro hierárquico superior, diante das relações estabelecidas com o seu entorno.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo verificar na RM (Região Metropolitana) de Belém a importância da cidade de Belém, área “core” da RM, que se encontra no topo da hierarquia urbana, utilizando dados de movimento pendular, fluxo de pessoas que se deslocam para Trabalhar ou Estudar, disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para o ano de 2010. Pretende-se discutir as relações que se estabelecem entre a cidade de Belém e seu entorno imediato, demonstrando a sua primazia urbana no contexto das relações de trabalho e educacionais, na RM.

AS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS – UMA DISCUSSÃO INTRODUTÓRIA

Segundo Santos (2009), é a partir da década de 50 que se percebe uma tendência à aglomeração urbana no Brasil e que crescerá cada vez mais, neste período. O ano de 1970 vai ser marcado pelo processo intenso da urbanização brasileira e com a multiplicação de cidades que surgiram cujos núcleos se tornavam superiores a 20 mil habitantes, passando a agregar uma urbanização concentrada.

Segundo Maricato (2001), o Brasil como os demais países da América Latina, passou por um processo expansivo de urbanização, após o século XX. De acordo com Maricato (2001), em 1940, a população urbana no Brasil correspondia a 26% do total. No ano de 2000, ultrapassou 82%, e o número total de população que viviam nas cidades foi para 138 milhões. Houve um intenso processo de construção de cidades, de forma que abrigassem assentamentos residenciais para atender as necessidades da população e essa ampliação de cidades, sempre foi marcada por uma exclusão social. “Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas (MARICATO, 2001, p.23).

Após este processo de expansão e a multiplicação de cidades, surge então a metropolização, esse processo trouxe um aumento de cidades milionárias cuja população era de aproximadamente um milhão de habitantes (SANTOS, 2009). As metrópoles constituem um determinado tipo de cidades que se diferenciam das menores por diferentes características que não estão somente ligados ao tamanho, mas também por sua natureza qualitativa e quantitativa (SANTOS, 2009).

Santos (2009) ressalta que as atuais Regiões Metropolitanas compõem formas comuns que são constituídas por vários municípios tendo apenas um como núcleo principal, sendo ele maior do que as demais cidades, lembrando também que são objetos especiais com organismos regionais criados em grande parte com recursos federais. Segundo Harvey (2008), as Regiões Metropolitanas são regiões “planejadas” no sentido de sua criação, a problemática neste caso está ligada a forma como essa região se limita aos aspectos setoriais. A atuação do capitalismo nessas regiões não se dá de forma igualitária ou homogênea, além de serem favorecidas pelo poder público, que atua como mediador para a concentração de serviços em um determinado local do espaço de forma estratégica, criando, o que Harvey (2008) chama, espaços geográficos desiguais. Essas concentrações e dispersões da dinâmica sócio espacial que estão presentes nas Regiões Metropolitanas, vão agregar expressões particulares e únicas, marcadas por um período histórico. A Metrópole é que vai ditar as regras no território, criando hierarquias e impondo lugares e, segundo Santos (2009), também impõe suas regras ao Estado, multinacionais e grandes empresas. Segundo Santos, “em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias geográficas” (SANTOS, 2009, p.97). Lencioni (2011) menciona que a metrópole contemporânea representa um novo tempo que traduz as formas e aspectos urbanos das transformações sócio-espaciais resultantes da globalização, considerada como a fase avançada da urbanização.

Para Maricato (2001), o padrão de urbanização do Brasil passou a apresentar mudanças, a partir da década de 1980, momento este em que as metrópoles mostravam um considerável crescimento. “Das 12 regiões metropolitanas, os municípios centrais cresceram em média 3,1%, entre 1991 e 1996, enquanto que os municípios periféricos cresceram 14,7%” (MARICATO, 2001, p.25).

Para Lencioni (2011), o processo de metropolização vai ser representado pela intensificação de pessoas, mercadorias e informações, número de cidades, crescimento das cidades conturbadas, expansão territorial, aglomerado metropolitano e concentração de infraestruturas. Esse processo, para autores como Lencioni e Ferrier, representa uma pós-urbanização. “O processo de metropolização do espaço e a grande metamorfose que vêm ocorrendo em algumas metrópoles têm significado de áreas urbanas. O grande aglomerado metropolitano vem se constituindo como um verdadeiro epicentro dos fluxos de capitais dependentes das redes que aí encontram maior densidade” (LENCIONI, 2011, p. 136).

Neste sentido, esse “processo de metropolização”, ocorreu a partir de uma polarização da região em torno de uma grande cidade, cujas dimensões físicas são significantes, caracterizando-se por agregar uma grande quantidade populacional e alta taxa de urbanização. Essa grande cidade, a qual Freitas (2009) se refere, é a grande Metrópole, que possui ao seu redor outras cidades que tem influência direta da própria metrópole, “mantendo forte relação de interdependência econômica e notório movimento pendular de sua população” (FREITAS, 2009, p.46,).

No Brasil, o processo da metropolização teve início em São Paulo e Rio de Janeiro, se estendendo, nos anos posteriores por várias outras regiões como: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. Segundo Freitas (2009), em 1988 foi constituída a

Constituição Federal de 1988, e em seu artigo 25, estabelece a competência e poder de criar regiões metropolitanas aos estados. “Criou-se assim, a possibilidade de distorções e grandes diferenças, quantitativas e qualitativamente, entre outras regiões, havendo casos de não atendimento aos principais conceitos definidores do que seja Região Metropolitana” (FREITAS, p. 48, 2009).

Para Freitas (2009), uma região Metropolitana, não se cria apenas por ser concebida por se tratar de um fenômeno geográfico e institucionalizado. Segundo o autor, para existir, uma Região Metropolitana deveria ser caracterizada por conter uma grande concentração populacional, existência de conurbação, alto grau de urbanização, polarização dentro de uma rede de cidades, destaque no cenário estadual e nacional e por fim a existência de relação funcional de interdependência.

No caso do Brasil, após a Constituição Federal, de 1988, houve um rompimento entre metrópoles e regiões metropolitanas, sendo que as regiões metropolitanas mostram-se mais evidente. Costa (2009) chama de “divórcio” entre as metrópoles e a região metropolitana no Brasil, entre o processo sócio-espacial de formação de espaços metropolitanos e a metropolização institucional, que diz respeito a uma adoção do instrumento da regionalização que não tem relação direta com o processo sócio espacial de conformação dos espaços metropolitanos.

Diante deste contexto, segundo Costa (2009), o que se tem, atualmente, “são alguns poucos arranjos institucionais, ainda incipientes ou insatisfatórios, que, na prática, ou não dão conta de realizar a gestão metropolitana ou dão conta de elementos parciais desta gestão” (Costa, 2009, p.324). Esses arranjos, na verdade, não dão conta de realizar uma gestão satisfatória, sendo assim, a finalidade deste recorte serve para que os municípios busquem uma forma de se auto- garantir e receber investimentos federais. A união passa a atuar como uma grande mediadora do processo de institucionalização de RMs, como por exemplo, financiando investimentos em infraestrutura urbana. Segundo Costa (2009),

Nota-se que estados e municípios buscam na constituição das RMs uma forma de se qualificarem como elegíveis para receber investimentos federais. Portanto, nossa hipótese aqui é a de que o processo de metropolização institucional tem muito mais a ver com a limitada capacidade fiscal de municípios e estados e com a possibilidade que vislumbram de terem acesso a recursos tributários federais para a realização de investimentos em infraestrutura social e urbana que de outra forma não iriam acessar - na avaliação deles (Costa, 2010, p.325).

As RMs possuem uma combinação de dois elementos, que são: existência de um campo que se chama Desenvolvimento Regional e outro nominado Desenvolvimento Urbano-Metropolitano. O primeiro é criado com o objetivo de promoção da região, ou seja, ocasionam o desenvolvimento da região e seu entorno (município pólo); um determinado núcleo urbano que exerce esse papel de comando da região, é conhecido por este papel e passa a receber investimentos de infraestrutura econômica, social e urbana que favorecem a polarização de serviços como: investimentos (atração), maior fluxo de pessoas e serviços (IPEA, 2009).

Assim, essa área *core* irá se afirmar não somente como atrativo, mas também como um centro hierárquico nas relações que se formam com as outras ao seu redor. Para Costa (2010), as RMs que foram criadas no Brasil, década de 1970, tinham em sua matriz institucional o intuito de promover o Desenvolvimento Regional, recebiam incentivos, para que se tornassem polos

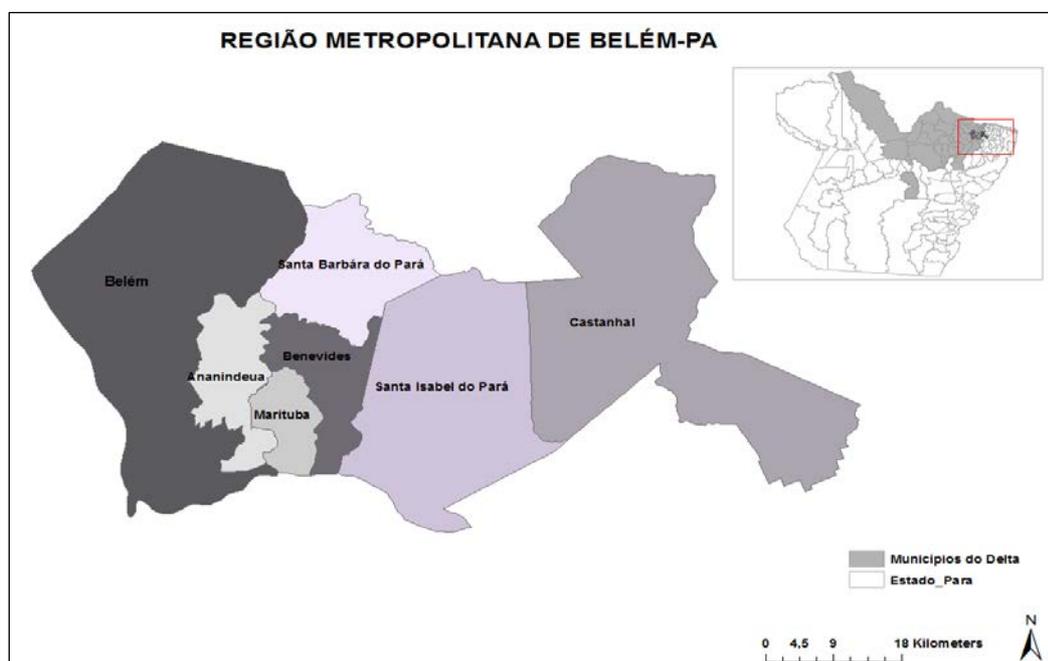
regionais e nacionais, tendo para si o domínio de cidades, liderando o desenvolvimento econômico.

A perspectiva de institucionalizar as RMs promoveu, durante esses anos, o favorecimento de possibilidades e ganhos de aglomeração e de economias urbanas, tratando-se do fortalecimento da região e da posição de seu núcleo perante a rede de cidades. Com o atual quadro, nas duas últimas décadas, o Brasil vivenciou um aumento considerável de recursos e investimentos para a grande maioria das RMs. Esses espaços metropolitanos recebem investimentos, porém são espaços que não estão preparados para gerir as vantagens, desafios e efeitos do novo padrão, seja ele de um ciclo expansivo ou de desenvolvimento (Costa, 2009).

A CIDADE DE BELÉM – A ÁREA CORE

A Região Metropolitana de Belém agrega sete municípios (figura 1), que fazem parte da Região do Amazonas. A institucionalização ocorreu através da Lei Complementar em 1973, formada por Belém e Ananindeua. Em 1995, essa Lei foi alterada e a região metropolitana foi ampliada, além dos municípios iniciais, também passaram a fazer parte Benevides e Marituba. Em 1996, Santa Bárbara do Pará foi desmembrada de Benevides, passando a fazer parte da RM. Até o ano de 2010, a RM agregava Ananindeua, Benevides, Santa Barbara do Pará e Santa Isabel do Pará, e, no ano de 2011, o município de Castanhal passou a integrar a RM.

Figura 1. Localização Região Metropolitana de Belém



Fonte: Elaborado pelas autoras (2016)

A cidade de Belém, desde seu surgimento, cumpriu um importante papel de cidade polo regional. Segundo Pinheiro *et al.* (2007), no final do século XIX, Belém havia recebido infraestrutura e serviços urbanos, representando a sua importância como metrópole: bondes eletrificados e

iluminação pública, serviços de esgoto, limpeza urbana e forno crematório, corpo de bombeiros, calçamento de ruas e avenidas etc. Esses autores reforçam que até 1943, Ananindeua pertencia, juntamente com Benevides, ao município de Belém, primeiro como freguesias, depois distritos e, finalmente, como municípios. Após a construção da Belém-Brasília, segundo Pinheiro *et al.* (2007), aumenta a relação entre os municípios da RM de Belém e observa-se um intenso crescimento demográfico. “Entre 1950 e 1990 as populações de Belém e da RMB cresceram respectivamente de 255 e 268 mil para 1.099.008 e 1.390.276 milhões de habitantes” (PINHEIRO *et al.*, 2007, p.157). Ou seja, houve um crescimento populacional de mais de 330% em Belém, e mais de 400% na RM, em 40 anos.

A RM está situada na foz do rio Pará, entrecortada também pelos rios e igarapés formando extensas áreas de várzea. Possui terreno parcialmente peninsular por ter sido implantada às margens do rio Guamá e da baía de Guajará (formada pela confluência dos rios Guamá, Moju e Acará) e por sua formação geomorfológica fluvial recente, é composta por um conjunto de ilhas com um relevo pouco acidentado e de origem sedimentar, tanto na sua porção continental quanto insular, influenciando no perfil do seu sítio urbano com características de inclinações suaves e de pouco desnível (Gregório e Mendes, 2009).

A área urbana é cortada por mais de 30 cursos d’água, também concentra grande quantidade populacional e de domicílios em condições urbanísticas e de infraestrutura precária (Trindade Junior, 2000). Segundo o Relatório de Pesquisa de Governança Metropolitana no Brasil do IPEA (2015), no que se refere à população, a RM de Belém apresenta uma taxa de crescimento significativa, superior a 60%, considerando que nos anos de 2000 e 2010 a taxa de crescimento foi de 90%. Belém se sobrepõe aos demais municípios, com uma população urbana estimada em 1.381.475, seguida por Ananindeua, Castanhal, Marituba, Santa Isabel do Pará, Benevides e Santa Bárbara do Pará (tabela 1).

Tabela 1. População Urbana da Região Metropolitana de Belém

Nome do Município	Pop. Estimada (2015)	População Urbana (2010)	Nível de Integração	Pib 2010	Renda 2010
Ananindeua	505.404	471.980	Muito alto	3.243.369,41	256.064.416,67
Belém	1.439.561	1.393.399	Polo	16.526.989,01	1.125.374.705,84
Benevides	58.637	51.651	Alto	519.243,18	19.258.412,40
Castanhal	189.784	173.149	baixo	1.216.351,33	77.401.833,30
Marituba	122.916	108.246	Alto	518.739,18	39.374.080,34
Santa Bárbara do Pará	19.645	17.141	Baixo	59.371,12	4.735.795,20
Santa Isabel do Pará	66.490	59.466	Médio	277.844,90	21.366.250,22

Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010.

É importante lembrar, que apesar desses espaços urbanos serem significativos, no que diz respeito ao tamanho da população, o acesso à infraestrutura urbana ainda é extremamente precário. Maricato (2001) destaca que das Metrôpoles brasileiras, uma das periferias que mais expandiram em 1999, foi a de Belém, com um crescimento de 157%. Costa (2016) mapeou o crescimento da área urbana da RM de Belém e, entre 1984 e 2010, somente a cidade de Belém cresceu mais de 1000% em área (COSTA, 2016). Segundo Mansur *et al.* (2016), o crescimento urbano não foi acompanhado de políticas públicas que melhorassem a qualidade de vida da população. Segundo os autores,

(...) only 10 % of the population of the Belem Metropolitan Region (BMR) living in unplanned settlements have benefited from the incentives of the PAC. (...). Over 1.1 million people in the BMR are living in unplanned settlements (MANSUR *et. Al.*, 2016, p.632).

Segundo Trindade Jr (1999, p. 9),

Convém salientar que essa forma dispersa da metrópole não é definida simplesmente pela ação de agentes locais. Sua gênese tem um significado mais amplo que tem a ver com o esquema de reprodução social capitalista, que pressupõe a existência da metrópole como condição à realização do padrão urbano-industrial, responsável por fazer do espaço uma força produtiva importante para o processo de reprodução do capital no território brasileiro. As ações locais são responsáveis por ratificar, redefinir ou, quem sabe, recriar e subverter esse espaço concebido.

Trindade Jr e Santos (2010), afirmam que há um processo único que caracteriza a metropolização da RM Belém. Segundo os autores, a dispersão urbana que ocorre reforça o processo de segregação e tende a se estender para além dos limites da cidade principal da RM, Belém.

A EXPRESSÃO METROPOLITANA DA RM DE BELÉM E A CIDADE PRIMAZ

Belém sempre desempenhou um papel muito importante na rede urbana da Amazônia. Desde sua fundação, como cidade, em 1616, a cidade estabeleceu uma primazia e comandou a Região, sob a ótica administrativa, econômica e cultural. Um exemplo dessa importância, é apresentado por Machado (1999):

Entre 1856 e 1907, a população da cidade cresceu de 20.000 para 192.000 habitantes, o que representava 25% da população do Estado do Pará e mais de dez vezes o tamanho populacional de Cametá, a segunda cidade na hierarquia. Sua posição de cidade-primaz pode também ser avaliada pelo grau de centralização dos recursos financeiros disponíveis para investimento urbano. Em 1891, o montante de recursos em Belém era 21 vezes maior que a soma de recursos das três cidades seguintes na hierarquia urbana (Cametá, Santarém e Óbidos); em 1907, era 33 vezes maior que o de Cametá e 65 vezes maior que o de Santarém (MACHADO, 1999, p. 112).

IBGE (1972), em sua proposta sobre as Regiões Funcionais Urbanas, oferecia um sistema hierarquizado de cidades, que poderia fornecer subsídios ao Estado (planejadores) em relação à orientação os investimentos em serviços e infraestrutura urbana, para proporcionar uma distribuição espacial mais adequada. Naquele estudo, o IBGE afirma que as áreas do território

nacional onde se verificava um menor desenvolvimento, baixo nível de renda e população pouco densa, as relações urbanas denotavam extrema fraqueza pela pequena importância do mercado consumidor (IBGE, 1972, p. 15). Segundo o Instituto, nessas áreas, verificava-se uma alta concentração dos equipamentos e serviços, assim como da população urbana em algumas poucas e grandes cidades, resultando em um padrão tradicional da *primate city*. As áreas de influência urbana eram muito vastas porque a clientela era reduzida e o nível de consumo baixo. O baixo Padrão de vida resultava em uma descontinuidade de funcionamento da economia de mercado, o que não permitia a estruturação de cidades em níveis hierárquicos superpostos. Assim, de acordo com o IBGE (1972, p. 17), verificava-se uma rede urbana incompleta e largamente dominada pela cidade principal, como era o caso da RM Belém, cuja cidade principal, naquele momento, era o centro de nível 1, para uma área maior do que 3700.000 quilômetros quadrados, com uma densidade populacional de menos de um habitante por quilômetro quadrado.

Apesar da RM de Belém ter crescido e apresentado uma maior diversificação em termo de hierarquia urbana, observa-se que Belém ainda é cidade mais importante da Região, juntamente com Manaus (GUEDES, COSTA e BRONDIZIO, 2009), e domina os circuitos econômicos regionais. Entretanto, Soja (1993) afirma que há uma reestruturação interna nas regiões metropolitanas que são resultados de uma desindustrialização e reindustrialização, que constitui o espaço e que causa uma suburbanização ou metropolização difusa, que está associada ao declínio dos centros urbanos das cidades. É neste contexto que há um estímulo para o surgimento de novas cidades ou, como também podem ser chamadas, de aglomerações urbanas, dando novas formas ao tecido urbano metropolitano. Segundo Trindade Junior (2000), “essas áreas são amorfas na sua aparência, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social” (TRINDADE JUNIOR, 2000, p.3).

Para Trindade Junior (2000), deve-se ter um cuidado ao falar que a Região Metropolitana de Belém teve um “avanço” ou movimento generalizado de crescimento econômico das cidades da RM, pois os incentivos de criação de distritos industriais na Amazônia na verdade resultaram em uma dispersão de unidades produtivas, porém não agregaram ou transformaram a situação econômica suburbana da região. Um estudo realizado pela Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA-1197) apresenta um resultado ilustrativo sobre a situação econômica da RMB, mostrando um aumento econômico maior na região (Estado do Pará) com Produto Interno Bruto (PIB), que, segundo Trindade Junior (2000), “a custo dos fatores, estimado para o ano de 1995 em R\$ 4,8 bilhões e 37,2% do agregado estadual. Quanto à distribuição deste por setores, tem-se o seguinte quadro: 75% do total no setor terciário, 23,8% no setor secundário e 0,9% no setor primário” (TRINDADE JUNIOR, 2000, p.4).

Neste sentido, a espacialidade do PIB dos municípios da RM, mostra que 95,2% estão concentrados em Belém. O setor terciário é o maior responsável pelo crescimento no conjunto da RMB e também mais significativa, é nele que há a maior absorção da mão de obra na metrópole por meio de serviços como: empregados domésticos, prestadores de serviços, comerciantes de mercadorias. O setor secundário é o segundo mais importante, com estabelecimentos de médio e pequeno porte, indústria da transformação que atuam também na área da construção civil e serviços industriais de utilidade pública.

Segundo Trindade Junior (2000), no setor primário, há pouca participação no conjunto da economia metropolitana, sendo representada pela pequena produção voltada para o abastecimento local. “O quadro econômico que caracteriza a metrópole belenense apresenta-se problemático quando se considera mais recentemente a retração dos incentivos que foram

colocados para a região amazônica em décadas anteriores e o grau de expropriação do pequeno produtor no espaço rural” (TRINDADE JUNIOR, 2000, p.4).

É na problemática da regionalização e na repercussão urbana das RMs na Amazônia, que alguns autores, como Trindade Junior (2000), Vicentini (2004) e Castro (2009) vão associar a noção de Metrópole na Amazônia ao da miséria, chamado por Mike Davis (2006) de “Metropolização da Pobreza”, pois as condições sócio espaciais que foram impostas à força de trabalho na região, envolvem situações distintas, assim como resultam na problemática do uso e ocupação do solo, que ocorrem de formas irregular, assim como as ocupações ribeirinhas e a falta de serviços básicos para a população excluída dos benefícios da Metrópole. Grande parte dos trabalhadores, segundo Trindade Junior (2000), ocupam trabalhos informais, o quadro de uma estrutura econômica metropolitana, que tem como característica a dependência de bens produzidos em outras regiões, resulta em um quadro de desemprego estrutural. Há também problemas que giram em torno da apropriação da terra “no caso de Belém, na franja urbana – refletem a culminância dessas contradições” (TRINDADE JUNIOR, 2000, p.9).

Segundo Trindade Jr (2000), no início da década de 1980, o processo de reestruturação metropolitana foi marcado pela regionalização da Amazônia, para a qual a tendência à urbanização foi marcada por conflitos sociais que estavam restritos às áreas rurais da fronteira. Na década de 1970 e 1980, a periferação de Belém reforçou a existência de uma forma metropolitana que apresentou e ainda apresentam um desenho compacto, espaços segregados, alagados, em função da ocupação da várzea e dispersos.

Para Ermínia Maricato (2001), a maneira como as Metrôpoles são “planejadas”, se traduzem como máquinas que produzem desigualdades no espaço, o surgimento de áreas ilegais, grande concentração populacional em condições precárias, se sobrepõe à cidade legal, caminhando cada vez mais para espaços da minoria, o direito à cidade se perde completamente neste contexto. Segundo Lefebvre (2001, p.138), o direito à cidade é o direito à vida urbana, “transformada, renovada”, pois a realização da sociedade urbana “exige uma planificação orientada às necessidades sociais, às necessidades da sociedade urbana”.

A RM DE BELÉM E OS FLUXOS POPULACIONAIS

Os deslocamentos intermunicipais, visando o estudo e/ou trabalho, são denominados de movimento pendular, segundo o qual as pessoas se deslocam diariamente para trabalhar/ou estudar, retornando para suas moradias, em seus locais de origem, no mesmo dia. Adams (apud MOURA et. al. 2005, p. 122) destaca que o conceito de “área metropolitana” está relacionado “a um sistema de assentamento orientado para a produção, que tem suas origens no século 19, com a “cidade industrial”. Nesse sistema de assentamento, os deslocamentos para o trabalho assumem importância crescente, integrando o núcleo metropolitano, que é o centro da produção, às áreas do entorno residencial”. Situação essa não muito diferente nos dias de hoje, especialmente na RMB.

De acordo com Moura et. al. (2005, p.125), a partir dos resultados do Censo de 2000, considerando os deslocamentos entre municípios para estudo/trabalho, percebeu-se a importância dessa informação para compreender esses fluxos e avaliar as relações que se estabelecem entre os municípios das aglomerações metropolitanas. Segundo os autores, “entre os estudos clássicos, observa-se uma certa compreensão de que os movimentos migratórios variam quanto à duração e à escala de abrangência, e que aqueles de caráter cotidiano devem ser

compreendidos no contexto em que se inserem, predominantemente urbano” (MOURA et al., 2005, p.124). Os autores afirmam que um aspecto que deve ser considerado, e que reflete-se na intensidade desses fluxos, é a acessibilidade.

Nesse sentido, considerando a RMB, em direção a área core, há o predomínio fluxos diários, para trabalho, como é possível observar nos dados apresentados, que não são tão homogêneos porém a intensidade mostra a existência de uma hierarquia entre os municípios que compõe a RM. O fluxo que envolve o deslocamento para estudo também é significativo, uma vez que há uma concentração de estabelecimentos educacionais na área core que atende não somente os municípios que compõem a RM, mas também do estado do Pará. Para esse estudo, considerou-se apenas os estabelecimentos educacionais de ensino superior.

Nessa expressão metropolitana, muitas pessoas se deslocam diariamente para trabalhar e estudar, grande parte desses fluxos de pessoas buscam como destino a grande Belém, que recebe um fluxo intenso diariamente de pessoas para trabalhar em indústrias, comércio formal e informal, setor público etc. De acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2016), Belém recebe, 121.821 mil pessoas, em movimentos pendulares para trabalhar ou estudar na Capital do estado, ou seja, 67% do total desse movimento de todo o estado do Pará.

Como podemos observar a Região Metropolitana de Belém, apresenta características heterogêneas que fazem esses espaços intrametropolitanos muito distintos entre si. Alguns autores, como Trindade Junior (2010), Vicentini (2004), Castro (2010), relacionam essa metrópole belenense à noção da miséria por ter fatores como: desigualdade sócio espaciais resultantes de uma situação em que uma metrópole que concentra grande parte de seus “benefícios”, serviços, equipamentos urbanos, destinados a áreas “core”, área essa que já concretizadas com infraestrutura, residências condominiais, shoppings e etc., enquanto que na área de expansão da periferia, essa “franja” da RM se expande sem controle, diante dos olhos do poder público. Na RM de Belém, observa-se oferta de serviços, comércio, construção civil, setor público entre outros, como é possível observar na tabela 2, sendo que a 81% das atividades econômicas, considerando apenas a RM, encontram-se na cidade de Belém. Esses dados justificam o fluxo intenso de pessoas para a cidade, para trabalhar.

Nesse artigo, são apresentados os dados de Movimento Pendular (deslocamento para trabalho), para que seja possível compreender as relações que se estabelecem entre os municípios que compõe a RM e entender a dinâmica desse processo, no território.

Tabela 2. Atividades Econômicas na Região Metropolitana de Belém

Município	Extrativa mineral	Indústria de transformação	Serviços industriais de utilidade pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca
ANANINDEUA	0	5951	269	6042	18557	20126	10263	1344
BELÉM	29 0	16674	4679	3110 2	78262	157916	144204	6374
BENEVIDES	2	2751	9	519	1707	939	2147	442
MARITUBA	1	1746	11	418	3280	4679	38	1303
STA BÁRBARA DO PARÁ	42	227	0	105	103	42	662	138
STA ISABEL DO PARÁ	4	1175	37	46	1319	1827	1573	2197

Fonte: IBGE (2016)

Os fluxos de deslocamento para trabalho são significativos e fazem parte de uma definição que é importante para caracterizar a hierarquia urbana entre os municípios. Sendo assim, podemos observar nos mapas de fluxo de destino (2), em relação ao trabalho, que há um intenso número de pessoas que se deslocam entre os municípios da RM de Belém: 91% de todo o fluxo (movimento pendular) para a cidade de Belém, tendo como objetivo apenas o trabalho, tem como origem os municípios da RM.

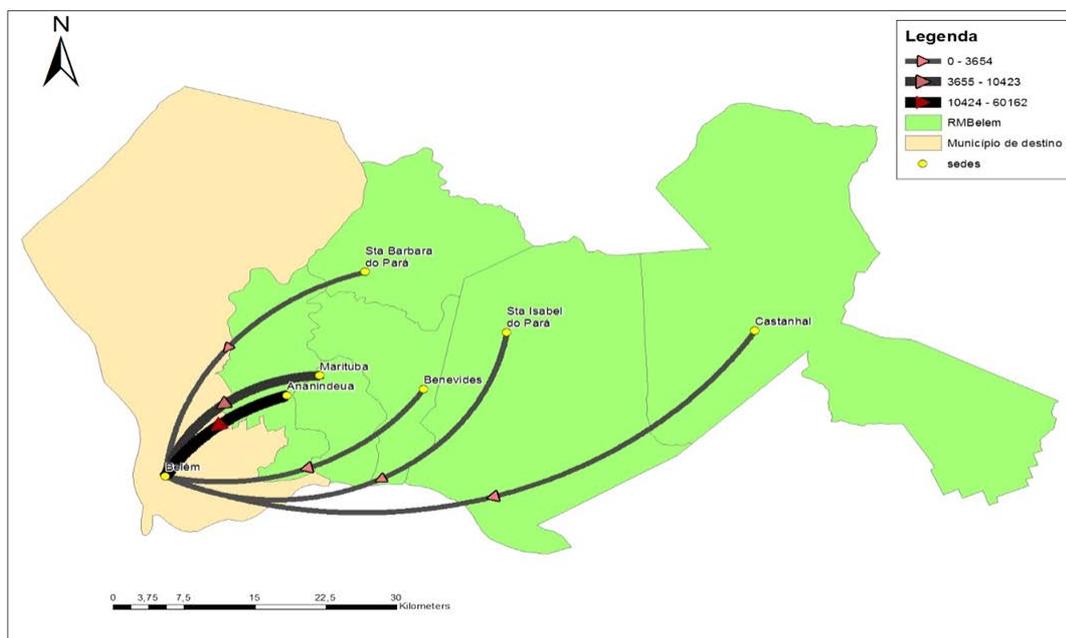
Segundo o IPEA (2010), Belém agrega os maiores índices de infraestrutura urbana e principalmente de serviços, assim como a concentração econômica de forma centralizadora que organizam as funções do território e também da implantação de atividades econômicas que garantam essa hierarquia diante dos demais municípios.

Os fluxos mostram que esse movimento pendular é fundamental e interferem diretamente nas relações interurbanas.

Como podemos observar, há um intenso fluxo de pessoas que se deslocam diariamente para trabalhar dentro da Região Metropolitana de Belém, que buscam como destino a grande Belém, que recebe em entorno 100 mil pessoas diariamente dos municípios que compõem a RM. Ananindeua é responsável por 71% dos deslocamentos para Belém, seguido por Marituba (12%) e Benevides (4%).

Segundo esses dados, podemos perceber que há um número maior e considerável de pessoas que se deslocam diariamente desses três municípios com destino a Belém, comparado aos demais (figura 2), municípios esses que possuem uma conexão e proximidade maior com o core da RM.

Figura 2. Mapa- Movimento Pendular - Destino



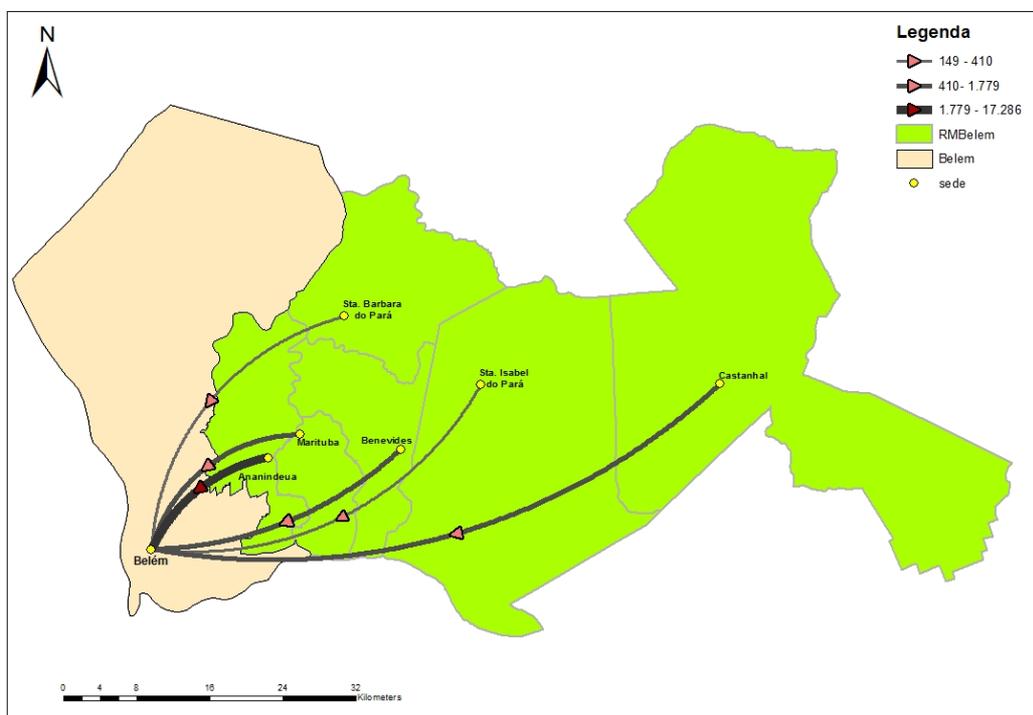
Fonte: Elaborado pelas autoras (2016).

Os dados apresentados, nos mapas de fluxo, mostram que há uma quantidade maior de pessoas que saem de seus municípios para trabalhar em Belém, que se destaca não somente por ser um polo que agrega serviços, mas também por todos os benefícios que são destinados a Região Metropolitana. Com relação à mobilidade, por existir um fluxo considerável de pessoas que se deslocam diariamente entre os municípios, mostra a necessidade de serviços adequados para tais deslocamentos e infraestrutura entre os municípios da RM de Belém, que ainda é precário.

Os dados apresentados identificam uma relação constante entre a espacialização das atividades econômicas e os locais de moradia, que geram uma configuração de locais com funções distintas, em decorrência do acesso diferenciado a terra e da divisão regional do trabalho metropolitano, criando desigualdades seja no âmbito social ou espacial.

Em relação ao deslocamento, apenas para estudo (figura 3), Belém recebe 62% do total de fluxos do estado. Comparando com os dados de trabalho, observa-se que diminui a dependência em relação a esse serviço ofertado pela Capital. Entretanto, os valores da porcentagem de pessoas que se deslocam para estudo, apenas em relação aos municípios da RM, demonstram a soberania da cidade de Belém, ou seja, 82% do total dos deslocamentos para estudo do município de Santa Bárbara do Pará, 82% de Marituba, 76% de Benevides, 73% de Ananindeua, 71% de Santa Isabel do Pará, 51% de Castanhal ocorrem em direção à Belém.

Figura 3. Mapa- Movimento Pendular- Estudo



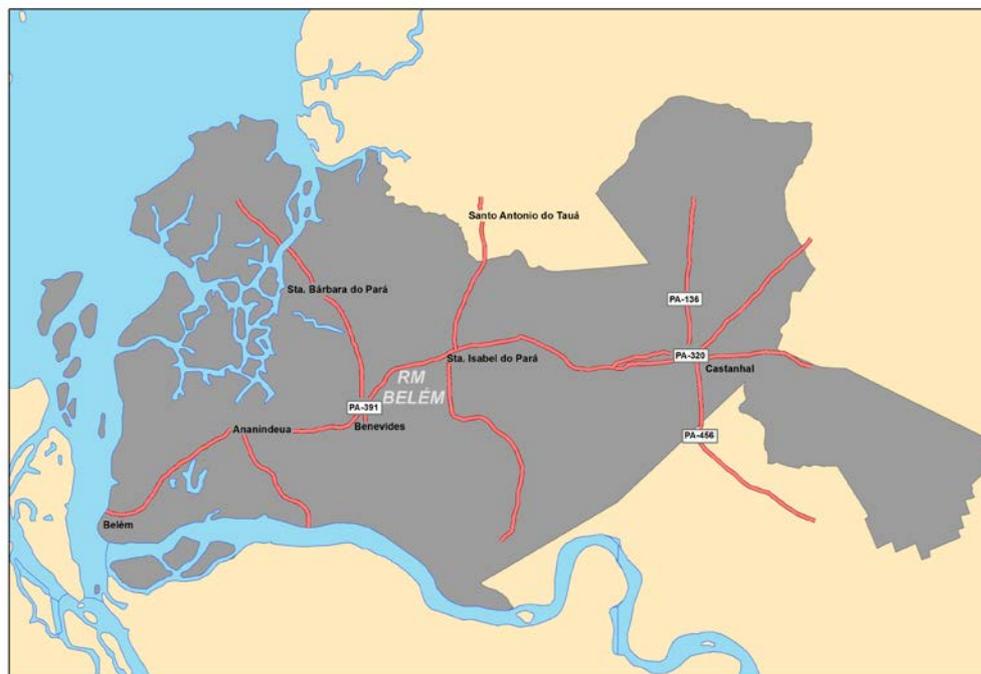
Fonte: Elaborado pelas autoras (2016).

De acordo com o INEP (2016), dados do Censo Escolar de 2012 demonstram que existem 22 estabelecimentos de ensino superior na RM de Belém sendo que 19 estão localizados na cidade de Belém, 2 em Ananindeua e 1 estabelecimento educacional em Castanhal. Dos 19 estabelecimentos educacionais de ensino superior localizados em Belém, 15 são privadas, 3 públicos - federais e 1 público – estadual; em Ananindeua os 2 centros educacionais de ensino superior existente são instituições privadas, assim como em Castanhal.

Dos municípios que compõem a RM, Belém se caracteriza no topo da hierarquia urbana em relação aos demais, determinada por meio de sua estrutura econômica e organização espacial, que se conectam em diferentes escalas de redes dentro da dinâmica da RM. Neste caso, Belém exerce um poder de centralização, tanto econômico como, principalmente, de oferta de serviços, que influencia diretamente na organização dos demais municípios que compõe a Região Metropolitana de Belém, assim como também, as que estão localizadas fora da RM, como por exemplo, as pequenas cidades ao longo do Delta do Amazonas.

Ressalta-se que a acessibilidade entre os municípios que compõem a RM de Belém facilita o movimento em direção à cidade core, Belém. Estabelece-se uma circulação, segundo um padrão viário mais linear do que dendrítico (figura 4), que não favorece a difusão da circulação. Portanto, esse padrão de circulação favorece a direção do fluxo à Belém, o que, associado aos outros elementos, apresentados, tais como oferta de serviços e trabalho, explicam o grande movimento pendular em sua direção.

Figura 4 – Padrão de Acessibilidade na RMB



Fonte: Adaptado do Google Earth pelas autoras (2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente a dependência dos municípios da RM em relação à Belém, que se mantém como cidade primaz na Região. Segundo o IPEA (2010), cada município-membro, na perspectiva da administração pública local, prioriza as intervenções consideradas prioritárias para sua respectiva realidade, por meio de obras de pavimentação, saneamento básico e abastecimento de água. A própria sede da região metropolitana, Belém, não se articula com os outros municípios-membros para tentar criar soluções que venham resolver os problemas comuns. Esse grande fluxo de pessoas, que se deslocam diariamente para Belém, é dependente do uso do transporte público, que segundo Trindade Junior (2000) é extremamente precário.

No caso da Região Metropolitana, a integração dos municípios com Belém ocorre de forma direta, com grande número de pessoas que se deslocam para trabalhar e até mesmo para estudar. Segundo os dados apresentados, devido à grande concentração de serviços, Belém recebe mais de 100 mil pessoas diariamente para trabalhar, como foi possível observar nos mapas de fluxos. O movimento pendular para estudo, também se motra significativo, os dados mostram que mais de 70% das pessoas buscam como destino a área core em busca dos centros educacionais de ensino superior. Podemos compreender que Belém possui uma estrutura hierárquica dentro da RM que se reflete diretamente nos altos índices de infraestrutura urbana, serviços e concentração econômica que se organizam em função das relações que se estabelecem dentro da RM.

A forma metropolitana da RM de Belém, assim como das demais RMs brasileiras, tendem a se consolidar de forma estratégica em agentes hegemônicos locais. O simples fato de Belém concentrar os serviços gera um grande fluxo de pessoas que trabalham na área “core”, e apesar do elevado número de serviços urbanos, a precariedade de vias públicas e transporte ainda é constante e está bem longe de atender as demandas de uma Região Metropolitana. Essa situação, associada à concentração de investimentos do Governo em Belém, a mantém como cidade primaz e estabelece uma relação de dependência das outras cidades que compõem a RM em relação à área Core. Castro (2009) defende a existência de determinadas características de uma desconcentração, combinada à outras características da metrópole corporativa, construir um novo cenário.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelos recursos financeiros disponibilizados, na forma de auxílio à Pesquisa e Bolsas, sem os quais o desenvolvimento de nossa pesquisa seria impossível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- CASTRO, E. Belém de águas e ilhas. In: Castro, E. **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.
- COSTA, Marco Aurélio. **Entre o município e a cidade: superando 1938 e assumindo a titularidade sobre o amanhã**. Brasília: IPEA 2014. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_governanca_vol2.pdf > Acesso em: julho de 2016.
- COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. **Quarenta Anos de Regiões Metropolitanas no Brasil: um breve balanço exploratório**. Brasília: IPEA 2013. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_40_anos_regioes_metropolitanas_vol01.pdf > Acesso em: julho de 2016
- COSTA, Sandra Maria Fonseca da. **Small towns of the Amazon River Estuary and their importance for economic flows and social networks**. Final Report – FAPESP. 2016. np.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.
- FREITAS, Ruskin. **Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual**. *Humanae*, v.1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009.
- GREGÓRIO, Anderson Manoel da Silva; MENDES, Amílcar Carvalho. **Characterization of sedimentary deposits at the confluence of two tributaries of the Pará River Estuary (Guajará Bay, Amazon)**. *Continental Shelf Research*, n. 29, p. 609-618, 2009.
- Harvey, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região de influências de cidades** 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IDESP – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. **Região metropolitana de Belém – histórico, análise e proposições: contribuição aos constituintes do estado do Pará**. Belém, 1989.
- IDEPS- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://INEPDATA.INEP.GOV.BR/>> Acesso em: julho de 2016.
- LEFEBVRE, H. (2001). **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro.
- LENCIONI, Sandra. **Regiões Metropolitanas do Brasil. Radiografia da Dinâmica Recente do Emprego Industrial e da Remuneração do Trabalhador**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/06lenci.pdf>> Acesso em: julho 2016.
- MANSUR, Andressa V. et al. **An assessment of urban vulnerability in the Amazon Delta and Estuary: a multi-criterion index of flood exposure, socio-economic conditions and infrastructure**. Sustainability Science, p. 625–643, 2016.
- MARICATO, Erminia. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual, 1997.
- MARICATO, Erminia. **Brasil, Cidades. Alternativas para a Crise Urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOURA, Rosa; CASTELLO BRANCO, MARIA LUIZA Gomes; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. **Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos**. São Paulo Perspec. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392005000400008&lng=en&nm=iso Acesso em: Novembro de 2016.
- PARÁ. **Companhia de Habitação do Estado do Pará**. Relatório 1995/1997 e programação para 1998. Belém, 1997.
- PINHEIRO, Andréa; LIMA, J. J. F.; SÁ, M.; PARACAMPO, M. **A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém. Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém**. Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Coleção Habitar. ANTAC. Porto Alegre, 2007.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec. 2009.
- TRINDADE JUNIOR, S. C. C. **A cidade na Floresta: os “grandes Objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço Amazônico**. Revista IEB, n. 50, mar/ set, 2010.
- TRINDADE JUNIOR, S. C. C. A. **A Natureza da Urbanização na Amazonia e sua Expressão Metropolitana**. GEOGRAFARES, Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **ASSENTAMENTOS URBANOS E METROPOLIZAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DE BELÉM**. 1999. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal7/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/01.pdf>>. Acesso em: 14/10/2016.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro; DOS SANTOS, Tiago Veloso. **Para além da cidade: entre fragmentações e permeabilidades, os desafios do planejamento e da gestão urbana no espaço metropolitano de Belém-DOI 10.5216/ag. v4i12. 12779.** Ateliê Geográfico, v. 4, n. 4, p. 20-50, 2011.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia.** Paraná. UFPA. 2004